

6 - DOS SANTOS, Fernando Ferreira. *Princípio Constitucional da dignidade da pessoa humana: uma análise do inciso III do artigo 1º da Constituição Federal*. 1988. São Paulo Editor: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999.

7 - LINGELBAUM, JR. H. *Princípios da Bioética*. Tradução de José A. Ceschin. São Paulo: Loyola, 1998.

8 - GOMES, Nelson Gomes. Sobre um código de ética para manipulações genéticas. *Revista Parcerias Estratégicas*, Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), n. 16 (outubro de 2002), 2602.

9 - GRIFFITHS, Anthony J. F.; GELBART, William M.; MILLER, Jeffrey H.; LEWONTIN, Richard C. *Introdução à genética*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

Tópicos Jurídicos

A Questão do Desarmamento

Damásio de Jesus*

O Governo Federal, em 1997, com o objetivo de reduzir a delinquência urbana, a chamada “criminalidade de massa”, fez entrar em vigor a Lei 9.437, de 20 de fevereiro – hoje revogada –, criando o Sistema Nacional de Armas–Sinarm, transformando a contravenção de porte ilegal de arma de fogo em crime, regulando sua aquisição e posse, e dando outras providências, medida que reclamávamos desde 1995.

A Lei 9.437/97, a chamada “Lei das Armas de Fogo”, entretanto, continha inúmeros erros. O legislador, por essa razão, criou a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), já em vigor, outra vez dispondo sobre o registro, porte e comercialização de armas de fogo, definindo delitos e disciplinando o Sinarm.

O Estatuto, sintomaticamente denominado “do Desarmamento”, praticamente extingue o direito de o cidadão possuir arma de fogo, salvo raríssimas exceções.

O registro obrigatório da arma, que concede o direito ao seu proprietário de mantê-la exclusivamente dentro de sua residência (art. 5º, *caput*), exige tantos requisitos que a sua obtenção se torna impossível para a grande maioria da população. Requer:

1º – demonstração de efetiva necessidade (art. 4º, *caput*);

2º – “comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões de an-

*N.E.: Professor, parecerista e ex-membro do Ministério Público.

Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, v. 16, n. 9, set. 2004

tecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral (....)” (art 4º, I);

3º – demonstração de que não está sendo objeto de inquérito policial ou processado criminalmente (art. 4º, I);

4º – “apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa” (art. 4º, II);

5º – “comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo (....)” (art. 4º, III).

Além disso, o certificado de registro, a ser expedido pela Polícia Federal, deve ser “(...) precedido de autorização do Sinarm” (art. 5º, § 1º), exigindo-se, em relação a alguns requisitos, renovação periódica (art. 5º, § 2º).

O porte de arma de fogo é proibido (art. 6º, *caput*), salvo raras exceções, atendendo-se à natureza de certas funções públicas e atividades privadas (incisos do art. 6º).

A burocracia vai tornar a obtenção do registro tão trabalhosa que afastará a pretensão do cidadão comum de possuir arma de fogo, o que certamente está na mira do legislador. Desarmar a população civil, a ordeira e a criminoso, é preocupação de todos os povos. As Nações Unidas têm insistido nas “campanhas de sensibilização pública sobre o controle de armas de fogo” (*Public awareness campaigns on firearms regulations*), conforme se verificou no 5º Período de Sessões da Comissão das Nações Unidas de Prevenção ao Crime e Justiça Penal, realizado em Viena, Áustria, em maio de 1996. E no 7º Período de Sessões, também realizado em Viena, Áustria, em abril/maio de 1998, a Organização das Nações Unidas – ONU voltou a ressaltar a importância das campanhas de *desarmamento* e dos controles do comércio e do uso de armas de fogo². Nesse evento, fomos agraciados pelo Canadá com um pergaminho de agradecimento pela nossa participação na elaboração de um Projeto de Resolução, de autoria do Japão, Brasil e Canadá, visando à instituição de medidas sobre comércio, posse e porte de armas de fogo³. Durante os debates, entretanto, em momento algum, foi esquecida a necessidade de, desarmando-se a população civil, dar à polícia meios reais de prevenir a criminalidade.

Não devemos nos iludir com o milagre do estatuto solitário. A lei é o instrumento de que se vale o Estado para impor as suas determinações. Isolada, porém, não produz a eficácia desejada. Nesse campo, não adianta ter boas idéias nem boas leis. É preciso concretizá-las, executá-las com seriedade, eficiência e responsabilidade. O desarmamento popular só pode ser imposto quando se tem uma polícia apta a garantir a segurança social. Ao lado do “Estatuto do Desarmamento”, deveria existir o “Estatuto da Polícia”, para conceder a este órgão instrumentos reais e capazes de concretizar a sua missão de prevenir a criminalidade.

É necessário tornar rígida a fabricação, o comércio, a aquisição, a posse e o porte de armas de fogo, finalidade da Lei 10.826/03. O simples desarmamento popular, porém, sem uma polícia preventiva efetiva, é inócuo e pouco contribui para a redução da criminalidade. Se o legislador pretende que ninguém possua arma de fogo, a não ser os titulares de determinadas funções públicas e atividades privadas, é necessário que garanta a segurança pública. É preciso desarmar a população ordeira e, ao mesmo tempo, dotar os órgãos de prevenção de instrumentos hábeis para a proteção dos cidadãos. Desarme-se o povo, mas arme-se a polícia de meios suficientes para a concretização de sua missão constitucional. Só desarmar a população, sem garantir a sua segurança, é armar o lobo e desarmar o cordeiro.

Notas

¹ Nações Unidas, doc. E/CN. 15/1996/14, 16/04/1996; *Report on the Fifth Session*, United Nations, Commission on Crime Prevention and Criminal Justice, New York, 1996, Suplemento 10, p. 26 e 58.

² *Report*, cit., p. 27, 8.

³ *Criminal Justice Reform and Strengthening of Legal Institutions: Measures to Regulate Firearms*, Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal, Viena, 16/04/96.

O Fetiche das Leis

Giovani Clark*

A classe dominante brasileira e os governos nacionais, durante anos, vêm embalando os sonhos do nosso oceano de miseráveis e das dilaceradas classes média e trabalhadora, através de seus aparelhos de divulgação, propagando a miragem de uma sociedade justa, bem como do desenvolvimento econômico. Para tanto, em regra, basta se ativar, assiduamente, a milagrosa fórmula de mutação ou de criação de leis, a fim de que a magia da transformação socioeconômica realize-se no futuro. Cinicamente, “sugere-se” que um dos grandes vilões da caótica realidade brasileira seja, supostamente, a legislação existente.

A fantasia da alteração das estruturas sociais seria executada por intermédio da revogação total ou parcial das normas legais, seja criando novas, seja dando roupagem jurídica a matérias ainda não versadas por aquelas. Também não é pouco frequente a produção de novas normas jurídicas sem a ab-rogação ou derrogação das anteriores, estabelecendo-se o convívio anárquico e complementar entre elas. Contudo, em um passe de mágica, a nova legislação, como a antiga, cai no descrédito popular, invariavelmente, por não se tornar eficaz em virtude dos interesses dos “donos do poder” (Faoro, 2000).

*N.E.: Doutor em Direito Econômico pela UFMG, professor dos cursos de graduação e mestrado da PUC/MG, membro da Fundação Brasileira de Direito Econômico, (www.fbde.org.br), e autor do livro *O Município em Face do Direito Econômico*, Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

Os fenômenos de elevação crescente do número de leis em sociedade, chamados pelo jurista italiano Francesco Canelutti de “inflação legislativa”(2001) e de mobilidade da lei (Souza, 2001), ou seja, a contínua mudança da legislação, são de ordem mundial. Todavia foram agravados nos solos das nações em desenvolvimento, causando instabilidade jurídica e o fetiche social de mudança.

Falávamos de floresta. A jurídica é exuberante. Somente em nosso País, estima-se haver aproximadamente meio milhão de normas escritas, entre leis, decretos e regulamentos federais, estaduais e municipais, número tão elevado para os padrões mundiais que dá ao nosso ordenamento a feição de uma enorme babel jurídica, em que podem viver, lado a lado, leis inconstitucionais, contraditórias ou supérfluas, resultando num enorme entulho jurídico que, vez por outra, infunde nos doutores da lei o desejo de uma grande faxina.(Costa Neto, 1999: p. 147)

Somos um ardente defensor do Poder Legislativo e de suas prerrogativas de produtor das leis e de fiscalizador do Executivo, funções essenciais em uma sociedade que se propõe a conquistar uma real democracia social, política e econômica. Ao Legislativo, juntamente com o Judiciário, compete a difícil missão de inviabilizar a adoção de qualquer “ditadura pós-moderna”(Clark, 2003), assim como de controlar a magnitude do poderio do Executivo dos dias atuais, motivado, dentre outros fatores, pela constitucional intervenção estatal no domínio econômico e social, exercida, em nosso País, pela assídua e abundante criação normativa personificada, em muitos casos, pelas medidas provisórias.

De qualquer sorte, deve ser registrado que o simples fato de se tornar uma exigência do Estado Social de Direito o cometimento de funções Legislativas ao Executivo não significa o esvaziamento do papel do Legislativo em sede de Direito Econômico. Pelo contrário: avulta a sua função de contrapeso na apreciação do ato normativo justamente para que não seja ele a manifestação de uma vontade unilateral, com o que o governo estatal da vida econômica se traduz pela colaboração entre os dois Poderes, mitigando, destarte, o caráter de consolidador da exclusão desempenhado pelo dogma da separação, consoante assentam tanto os pais da Federação norte-americana quanto os juristas do salazarismo.(Camargo, 2001: p. 203/204)

A sociedade do século XXI deixa explícita sua pluralidade de interesses, a complexidade de suas relações e o antagonismo das classes. Obviamente, as normas jurídicas devem tratar dessa realidade, sujeitas às mutações tecnológicas, ambientais, culturais. Então, torna-se vital que o Legislativo tenha um destacado papel social com uma produção legislativa vigorosa, atendendo aos desejos conflituosos do tecido social. Não negamos assim, dialeticamente, a necessidade da alteração das normas jurídicas. Todavia as leis, elaboração de novas, vêm sendo usadas como instrumento de dominação pelas elites.

Os profissionais do Direito não podem, apenas, acompanhar a marcha da

história sem deixar de agir sobre ela, senão sofrerão com as amarguras da omissão. Devemos denunciar e repudiar a prática de se mudar as leis ou de se criar normas para matéria “aparentemente” não jurisdicizada, a fim de se não mudar nada nas chagas da sociedade ou, quando muito, atinge a periferia das questões, ou, até mesmo, reforça os pilares das desigualdades. Enquanto as “elites políticas” discutem e aprovam as “normas salvadoras”, desvia-se a atenção social e, o pior, desmobiliza-se a minguada parcela da sociedade civil organizada na exigência da eficácia da legislação em vigor. Ensina Paulo Dourado de Gusmão(1998) sobre vigência e eficácia:

.... no sentido técnico-jurídico vigência é a dimensão temporal e espacial da obrigatoriedade do direito, determinável, começando da data em que for publicada a lei no *Diário Oficial*, ou da data nela prevista, terminando na data de sua revogação total ou parcial, expressa ou tácita, quando lei posterior dispuser em sentido contrário. Vigente, assim, a lei sancionada e publicada no *Diário Oficial*, enquanto não revogada, ou o tratado internacional, aprovado por decreto legislativo, enquanto não denunciado. (p. 58)

A eficácia (Getung) do direito depende do fato de sua observância no meio social no qual é vigente. Eficaz é o direito efetivamente observado e que atinge a sua finalidade. É assim, um fato, consistindo na observância efetiva da norma por parte de seus destinatários e, no caso de inobservância, na sua aplicação compulsória pelos órgãos com competência para aplicá-la (Judiciário, Administração Pública, polícia etc). Significa, com palavras de Kelsen, direito que é “realmente aplicado e obedecido”. (p. 59)

A ação acima citada é mais uma hábil técnica de dominação que resulta no retrocesso das lutas sociais dos grupos explorados, já que, ao invés de se exigir a eficácia das leis, através da criação de condições adequadas para implementação das mesmas (fixação de verbas condizentes para os serviços públicos nas leis de orçamento), retrocede-se, restabelecendo-se os palcos de disputas anteriores, ou seja, das lutas das forças sociais no plano legislativo em torno da produção das normas jurídicas.

Sendo a elaboração e efetivação das normas de Direito um processo de disputa social, seja antes, durante ou após a sua criação, a fantasia absurda de modificação daquelas para transformar as bases genocidas de uma sociedade majoritariamente de excluídos é um engodo social e, levam os explorados a caminharem vários passos em sentido oposto de seus objetivos.

A Constituição Brasileira de 1988, com pouco mais de 15 anos, sofreu mais de 40 emendas constitucionais, até então, em nome da conquista do “paraíso liberal”. Contudo, estamos em um desconfortável 65º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da ONU de 2003 e seguramos os primeiros lugares em relação à concentração de renda no planeta terra.

Mudamos a nossa Carta Magna em prol das “maravilhas econômicas e so-

ciais” a serem propiciadas pelo Estado Mínimo, quando esse sairia de cena, no âmbito econômico e social, para implantação da famigerada globalização, digo, para renovação do pacto colonial em bases pós-modernas. A propaganda foi enganosa. O Estado ficou frágil para desempenhar as suas múltiplas funções e os horrores da colonização imperialista persistiram, transformaram-se em “tecnocolonialismo”(Silva Filho, 2003: 317).

Em nome dessa fantasia, somente no capítulo constitucional da Ordem Econômica e Financeira, a chamada Constituição Econômica (arts. 170 a 192 da CF), quebramos o monopólio estatal do petróleo; acabamos com a distinção de empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional; possibilitamos privatização de serviços públicos e a criação das agências de regulação; e revogamos, lamentavelmente, o comando da Carta Magna que determinava a remuneração do capital, os famosos juros reais, em no máximo 12%. Para o universo da sociedade, tudo em vão, já que o desenvolvimento sustentável não chegou, nem muito menos a conseqüente melhoria da qualidade de vida e o fim da miséria.

Praticamente em todos os campos das relações sociais em que temos de intervir, legislativamente, para contribuir na transformação de nosso calamitoso quadro socioeconômico, possuímos numerosa legislação capaz de “vedar” e “modificar” a selvageria implantada no Brasil desde quando fomos invadidos em 1500. O que realmente precisamos é de que as leis sejam vividas, ou melhor, tenham eficácia no mundo real do ser e, não continuem no universo do imaginário legal do dever ser.

A título de exemplificação, para reforçar a nossa argumentação, encontramos no plano infra-constitucional inúmeras leis que poderiam, caso a eficácia fosse plena, “remodelar” a nossa realidade e levar o País às trilhas da justiça social e econômica. Dentro do Direito Econômico, temos: para vedar os abusos do poder econômico (cartel, venda casada, divisão do mercado pelos oligopólios) as Leis 8.884/94 e 8.137/90; para a repressão das ilicitudes no mercado de consumo possuímos o famoso e avançado Código de Defesa do Consumidor; já para combater os preços astronômicos e abusivos podemos usar a Lei Delegada 4/62. Os exemplos multiplicam-se, nos diversos ramos do Direito, seja ele no Penal (efetivar a segurança pública), Ambiental (proteção da natureza) ou Tributário (combate à sonegação fiscal).

Para reivindicarmos a eficácia da legislação, temos de travar um outro processo de disputa social, seja na mídia, nas ONG’s, no Judiciário ou em outros espaços possíveis, sem violência, onde os cidadãos individualmente ou organizados atuem e exijam as condições necessárias, sejam humanas, científicas, materiais, educacionais, naquele intento. Aliás, não é por obra do acaso, que o Movimento dos Sem-Terra – MST no Brasil não se preocupa com a alteração do ordenamento

jurídico, tendo em vista que a legislação atual, iniciando pela Carta Magna, impõe ao Estado o poder/dever de fazer a reforma agrária e determina a função social de todos os tipos de propriedade, inclusive das rurais. Porém o fim dos latifúndios improdutivos e a execução da reforma agrária continuam, apenas, letra fria na lei. O referido movimento, luta, há décadas, pela eficácia das normas jurídicas.

Não temos uma posição conservadora em relação ao Direito, mais precisamente, contra a mudança de seus comandos normativos, inclusive temos a clareza da necessidade de alteração daquele, diante de novas realidades, imposta por múltiplos conflitos de interesses ou em virtude de fatores tecnológicos, ambientais, dentre outros. Nestas oportunidades é que a nova legislação deve surgir.

O Direito não é revolucionário por si próprio, ele reflete as relações produtivas, culturais, educacionais e econômicas travadas no tecido social. Se as bases da sociedade são de exploração, segregação e ganância em nada adianta modificar a lei, já que esta se transformará em fetiche, ou em documento ilusório, usado para legitimar a permanência dos “donos do poder”, visto que as perversas estruturas se perpetuam. As normas legais, isoladamente, não possuem a magia de fazer o milagre da transformação.

Bibliografia

- 1 - Carnelutti, Francesco. *Como Nasce o Direito*. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. 2º ed. Belo Horizonte: Líder, 2001, p. 67
- 2 - Camargo, Ricardo Antônio Lucas. *Direito Econômico: aplicação e eficácia*. Porto Alegre: Fabris, 2001, p. 559
- 3 - Clark, Giovani. *O Município em Face do Direito Econômico*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 266
- 4 - _____. *A Ditadura Pós-Moderna*. Consulex, Brasília, 121, p. 26/28, janeiro 2002.
- 5 - Costa Neto. Antônio Calvacanti. *Direito, Mito e Metáfora: Os Lírios não Nascem da Lei*. São Paulo: Ltr, 1999, p. 232
- 6 - Faoro, Raimundo. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 1975, v. 1, p. 392
- 7 - Gusmão, Paulo Dourado de. *Introdução ao Estudo de Direito*. 23º ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 441
- 8 - Silva Filho. José Carlos Moreira. Da Invasão da América aos Sistemas Penais de Hoje: O Discurso da “Inferioridade” Latino-Americana. In *Fundamentos de História do Direito*. Wolkmer, Antonio Carlos (Org.). 2º ed. Belo Horizonte: Del Rey. 2003. Cap. 11, p. 279/329.
- 9 - Souza, Washington Peluso Albino. *Primeiras Linhas de Direito Econômico*. 4º ed. São Paulo: Ltr, 1999, p. 614